

CARGO: AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Identificação de informações pontuais no texto.
2. Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
3. Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
4. Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
5. Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
6. A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
7. Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FAVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual**, análise de gêneros e compreensão. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Correspondência**: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEGISLAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
2. Procedimentos e Processos Administrativos.
3. Ética no Serviço Público.
4. Normas Constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico - administrativos em Educação (PCCTAE).
6. Estrutura jurídica, princípios, objetivos e organização da Universidade Federal de Alfnas.
7. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** (artigos 312 a 327).

ESTATUTO DA UNIFAL. Resolução 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Conselho_Superior/2007/Novo_Estatuto_da_UNIFAL-MG_recomendado_pelo_MEC_0.pdf. Acesso em 18 de abril. 2017.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, OpenOffice -Writer ou Google – Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS - Excel, OpenOffice- Calc ou Google - Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google - Chrome ou Mozilla – Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS - Outlook Express, Mozilla - Thunderbird, Yahoo! Mail, Google - Gmail ou Microsoft - Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.) acesso a sites seguros, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Programa.

BIBLIOGRAFIA

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/livro/>. Acesso em: 15 de maio. 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Normas de redação de correspondência oficial.
2. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.
3. Improbidade administrativa.
4. Administração Pública, Órgãos Públicos, Administração Pública Indireta e Autarquias
5. Licitações e Contratos Públicos: princípios, conceitos, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade.
6. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
7. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
8. Da administração pública: disposições gerais e dos servidores públicos.
9. Ética no Serviço Público.
10. Disposições que norteiam o Regimento Geral da Universidade Federal de Alfenas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - **Cartilha A3P** - Ministério do Meio Ambiente – disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/arquivos/cartilha_a3p_36.pdf .

BRASIL. **Lei nº8.429, de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. Capítulo II ao V. 2. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 407 p., 24 cm. ISBN 9788537510995 (broch.).

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Da administração Pública, art.37 a 38; Dos Servidores Públicos, art.39 a 41.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/?q=regimentogeral>. Acesso em 19 de maio 2017.